

Por que uma “Alemanha sustentável“?

Por que uma “Alemanha sustentável“?

„Em que isso daria, se todos dissessem ‘quero ver em que vai dar’, e se, ao mesmo tempo, ninguém fosse ver em que isso daria, caso fôssemos?“

Kurt Marti, teólogo e escritor suíço

Consumir energia elétrica “verde”, trocar lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas de baixo consumo, reduzir os custos com calefação no inverno alemão, deixar o carro parado na garagem, comprar produtos orgânicos e do comércio justo, etc. – inúmeras são as propostas para proteger o meio ambiente e contribuir para o combate à pobreza. Todo mundo sabe o que deveria ser feito, e não há quem não seja a favor de mudanças. Frente a isso, ficamos espantados ao ouvir todos os dias falar da aceleração das mudanças climáticas, de perdas graves de biodiversidade, do esgotamento previsível das matérias-primas e do combate global à pobreza, cujos resultados deixam a desejar.

Quem não ouviu o alerta que é hora de mudar, de mudar o rumo? Ora, esse alerta costuma ser dado aos outros, afinal, compete a eles fazer algo. Assim o cidadão costuma exigir que os políticos finalmente tomem atitude e aprove um marco legal rigoroso; o setor privado declara orientar-se tão-somente pelas necessidades do cliente que, afinal, é o soberano do consumo; este, por sua vez, lembra que ele, indivíduo e solitário, não pode fazer lá muita coisa.

Sustentabilidade – uma definição

Em 1713, Hans Carl von Carlowitz, capitão-mor de minas do Eleitorado da Saxônia, cunhou o termo alemão *Nachhaltigkeit*, que, em português veio a ser *sustentabilidade*. Naquela época, quase todas as florestas da Europa Central haviam sido desmatadas. A madeira era utilizada como lenha ou nas lavras subterrâneas de carvão e minérios. Frente à extrema escassez da madeira, Hans Carl von Carlowitz alertou que, para garantir o “uso continuado e *sustentado*” da floresta, o volume de exploração não poderia ser superior ao potencial de renovação da floresta.

A convicção de que a exploração excessiva destrói as raízes de nossa sobrevivência veio a ser adotada pelas Nações Unidas, em cuja definição o desenvolvimento apenas é sustentável quando supre as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações vindouras de suprirem suas necessidades. Nas palavras da Declaração do Rio, documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), aprovado por mais de 180 chefes de estado e governo: “O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de gerações presentes e futuras.”

Pressão crescente

Como isso não leva a nada, ficamos dando voltas à toa. Em princípio, poderíamos estar bem mais adiantados. Pelo menos dispomos do termo para designar o empreendimento cuja premência não costuma ser contestada: “Desenvolvimento Sustentável” Convém lembrar, ainda, que todos envidam todos os esforços possíveis: quase todas as empresas publicam seu relatório ambiental ou de sustentabilidade e adotaram um sistema de gestão ambiental; o governo federal da Alemanha preparou uma “Estratégia de Sustentabilidade” e encarregou o “Conselho de Desenvolvimento Sustentável” de sua implementação. Estas as ações são respaldadas pelas Nações Unidas que, para o decênio de 2005 a 2014, proclamaram a Década da Educação para o

Desenvolvimento Sustentável. Como se isso não bastasse, Al Gore foi premiado com um Oscar pelo documentário "Uma verdade incômoda" e, em conjunto com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) que congrega os cientistas renomados da pesquisa climática, condecorado com o Prêmio Nobel da Paz em 2007. Ao mesmo tempo, as vendas de produtos ambientalmente corretos e de comércio justo estão em franco crescimento; e as energias renováveis participam com 17 por cento na matriz elétrica da Alemanha. Até os jornais mais populares começaram a ocupar-se da proteção do clima, os astros e estrelas de Hollywood andam em carros com motor híbrido e se engajam por crianças pobres nos países em desenvolvimento, ou seja: a sustentabilidade está em onda – pelo menos na medida em que ela não incomoda, não afeta o estilo de vida a que nos acostumamos e não mexe com as estruturas econômicas comprovadas.

Ora, nosso mundo não é sustentável: quase um bilhão de pessoas passa fome; desde 2000, a concentração de CO₂ na atmosfera cresce quatro vezes mais rápido do que na década anterior. Medidas drásticas são necessárias e cada vez mais prementes. O IPCC alerta: caso não consigamos inverter o jogo, protegendo o clima com determinação e abolindo

paulatinamente a geração de energia a partir de fontes fósseis, as mudanças climáticas terão impactos desastrosos! As mudanças climáticas já começaram a degradar biomas inteiros, ceifar vidas humanas e solapar as bases do desenvolvimento.

„As mudanças climáticas clamam por uma mudança civilizatória. A transição a uma civilização pós-fóssil será o projeto determinante do século – nomeadamente para as sociedades industrializadas.“
Alemanha Sustentável, p. 25

A proteção do clima, contudo, enfrenta enormes resistências: as medidas necessárias abalam os alicerces de nosso sistema econômico, atores poderosos temem perder influência, poder e dinheiro e a maioria dos consumidores, em princípio, não quer renunciar ao que lhes é caro. Resultado disto são as incontáveis declarações de intenções políticas e medidas simbólicas que, sem causarem efeito algum, promovem a reputação e imagem de quem as pronuncia. Ao invés de implementar uma proteção eficaz do clima, a indústria constrói usinas termoeletricas e amplia aeroportos, os aparelhos de ar-condicionado continuam funcionando a todo vapor e as auto-estradas alemãs até hoje desconhecem o limite de velocidade.

Com vistas à proteção do clima, o esgotamento dos recursos fósseis, que implica a necessidade econômica de sairmos da era fóssil, talvez até deva ser considerado uma feliz coincidência. Basta a elevação do custo da energia para que casas com isolamento térmico melhorado, a energia solar e os carros de baixo consumo se tornem mais atraentes. Ao mesmo tempo, a crescente escassez dos recursos contribui para a crescente falta de equidade, na Alemanha e no mundo: os pobres são as principais vítimas do aumento dos preços. Para suprir suas necessidades básicas, tais como alimentação e energia, os pobres proporcionalmente gastam bem mais que os ricos. Os pobres não dispõem dos recursos necessários para investir no uso econômico dos recursos energéticos (isolamento térmico, eletrodomésticos de baixo consumo). Sem voz nem vez, não participam da distribuição. Os conflitos originados pela distribuição de bens escassos tendem a agravar-se e afetarão principalmente os pobres.

O quadro é agravado mais ainda pelo número crescente de pessoas que lutam pelo acesso a bens cada vez mais escassos. O crescimento vertiginoso de países emergentes, tais como Brasil, China e Índia, traz consigo um aumento acentuado da procura de energia e matérias-primas. A título de

exemplo, apresentamos alguns indicadores da China: de 2000 a 2005, a frota nacional de automóveis subiu de quatro para vinte e seis milhões; de seis em seis dias, a China inaugura uma usina termoelétrica movida a carvão; e o Império do Meio acaba de tornar-se o maior emissor de CO₂ do planeta. Oportuno lembrar, no entanto, que a China registra apenas 1,2 automóveis para cada 100 habitantes, enquanto os países industrializados contabilizam 50 carros para cada centena de pessoas e que, na China, as emissões de CO₂ per capita e ano montam a quatro toneladas, ou seja, a apenas 40 por cento do valor medido na Alemanha (10t/a).

Será que as nações industrializadas, frente a isto, têm argumento legítimo para proibir os chineses a adquirir seu carrinho e emitir CO₂? Convenhamos que todos os seres humanos têm o mesmíssimo direito de utilizar os recursos naturais para ter uma vida decente.

Diferente – melhor – menos

Considerando a incontestável igualdade de direitos a questão da justiça exige uma releitura, nos níveis nacional e global: trata-se de proteger as bases naturais da vida e de distribuir – de forma equitativa – os recursos minguantes. Para isto, é necessário superar a pobreza. A superação da pobreza vai além da partilha dos bens. Antes de mais nada, implica a partilha do poder: Para além da igualdade do direito de utilizar os recursos do planeta, todos os seres humanos são detentores do mesmo poder de decisão, ou seja: têm direito de decidir como esses recursos podem ser utilizados equitativamente.

„A pobreza não é originada por falta de dinheiro, senão pela falta de poder. Antes de serem vítimas, os pobres são atores inibidos: muito antes de serem considerados meros ‚necessitados‘ à espera de assistência, os pobres são cidadãos sem direitos, sem posse, sem bens e sem poder político.“
Alemanha Sustentável, p. 193

Para a Alemanha e seus habitantes, isso é um verdadeiro desafio. Quer dizer que a Alemanha, „campeão mundial de exportações“, um país que continua aspirando a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, um Estado cuja voz tem peso na União Européia, no Fundo Monetário Internacional e na Organização Mundial do Comércio, quer dizer que esse peso pesado agora deve partilhar seu poder com os pobres, com os países em desenvolvimento?

Por mais fantasmagórico que a idéia possa parecer, não nos resta outra saída. Para além de razões morais e éticas que podem emanar da fé cristã, tais como o mandamento do amor, a partilha com o próximo distante, e a preservação da criação de Deus, existe, pura e simplesmente, o fenômeno da escassez e da exploração excessiva da atmosfera: Se todos vivessem como nós, aqui na Alemanha, os recursos do planeta não seriam suficientes; a atmosfera não pode continuar a absorver as emissões de CO₂ sem que todos sejam atingidos pelos efeitos. Apesar disto, o planeta oferece recursos suficientes para todos – desde que todos vivam uma vida diferente.

A pegada ecológica

Para medir a utilização sustentável do meio ambiente existe um indicador fácil de compreender: a chamada ”pegada ecológica“. Ela permite calcular o consumo ambiental individual, ou seja, a quantidade de energia, matérias-primas, solo e área consumida por ser humano de acordo com seu padrão de consumo e vida. Vejamos um exemplo: para além da polpa da fruta, um copo de suco de laranja contém outros elementos, tais como a água utilizadas na irrigação das plantações, o solo, a energia utilizada no transporte, refrigeração, embalagem, etc.

A "pegada ecológica" revela que nosso "consumo de meio ambiente" não é sustentável. Com a exploração excessiva dos recursos, nós, que vivemos na Alemanha, roubamos de outros e das gerações futuras as oportunidades de desenvolvimento e os privamos das bases necessárias para uma vida decente. Se todos consumissem o que nós, na Alemanha, consumimos em energia e matéria-prima, uma Terra não seria suficiente. Precisaríamos de quatro planetas Terra. Como dispomos de apenas um planeta Terra, a visão da sustentabilidade conjuga a preservação da Criação com justiça.

Com o tempo, todos os setores sociais compreenderam que não há como fugir desta verdade. Há pressentimentos de que assim não podemos continuar, de que algo tem de ser feito: Urge substituir o princípio do "Mais rápido, mais alto, mais forte" por um "Diferente – melhor – menos." Energias renováveis e equipamentos eficientes mostram que, quanto ao "diferente" e ao "melhor", já estamos a bom caminho. O que nos preocupa é o "menos". Esse "menos" implica uma renúncia. E abrir mão de algo é uma perspectiva nada atraente.

É oportuno lembrar que a renúncia já começou, até em nosso meio: A alta dos custos da energia, em 2007 e no início de 2008, fez crescer a venda de lâmpadas econômicas e relógios temporizadores e contribuiu para a redução do consumo de combustível. Simultaneamente, a carestia contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais: se, por um lado, a alta dos preços de energia afetou principalmente as camadas de baixa renda, por outro, constatamos um maior consumo de terras agricultáveis para a produção de agroenergia que eleva o preço dos alimentos e agrava os conflitos sociais e ecológicos.

Para que todos possam participar eqüitativamente da utilização dos recursos disponíveis, a nós, que vivemos nos países industrializados, não resta nada a não ser uma redução drástica do consumo. A renúncia, portanto, deixa de ser uma opção entre mil. Consumir menos deixa de ser uma atitude que, para tranquilizar nossa consciência, atribuímos àquelas pessoas que optaram por uma vida eticamente correta. A renúncia se torna necessária, para a sociedade como tal. Caso queiramos manter uma convivência profícua, será uma postura que quase ninguém poderá omitir.

Aqui cabe observar dois princípios. Por um lado: "quanto mais cedo, melhor". Enquanto persistirem margens de manobra e, com isso, opções, a adequação ao incontornável será menos traumática. Por outro lado: qualquer postura ativa que cria e muda as condições-marco é melhor do que cruzar os braços e esperar que algo aconteça, que a solução caia do céu. Inação significaria deixar a solução à mercê do mercado. Entregue ao mercado, a distribuição de bens e serviços cada vez mais escassos seria um questão de preço: andar de carro e a mobilidade em geral dependeriam apenas do bolso individual, ou seja: quem não tem dinheiro, que fique em casa. Caso o mercado venha distribuir a escassez, por meio da elevação dos preços, a injustiça social será agravada; caso o rumo não seja corrigido a tempo, isso leva ao desastre ambiental.

"(O mercado) é cego para a causa da ecologia e da justiça. Em função disso, compete à polícia, no sentido amplo, definir as regras do jogo. O bem comum prevalece sobre o mercado; este é o único caminho para afirmar os preceitos ecológicos e a participação eqüitativa frente ao objetivo da competitividade."
Alemanha Sustentável, p. 27.

Incentivo ao debate

Como imaginar uma sociedade diferente, adequada às necessidades, ou melhor: uma sociedade sustentável? O que deve acontecer para a Alemanha se tornar sustentável? A “Amigos da Terra” Alemanha (BUND) e as entidades protestantes de cooperação para o desenvolvimento “Pão para o Mundo” e “Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento” (EED) se uniram para incentivar o debate em torno destas questões com fundamento no documento “Zukunftsfähiges Deutschland“, em português “Alemanha Sustentável“ que reúne os resultados de um estudo realizado pelo Instituto de Wuppertal para o Clima, o Meio Ambiente e a Energia.

O documento

- apresenta o significado concreto do termo sustentabilidade para um país industrializado de responsabilidade internacional;
- debate como a Alemanha pode superar, de forma criativa, os desafios da globalização rumo a estruturas políticas e sociais sustentáveis;
- indica caminhos e ferramentas necessárias para a mudança de rumo, em direção ao desenvolvimento sustentável;
- introduz a visão da justiça global que transcende as gerações e
- convoca e incita a agir nesta perspectiva.

O que está em jogo

A preservação das bases naturais da vida e o combate à pobreza mundial são os desafios centrais de nossos tempos.

A existência limitada dos recursos e as capacidades restritas dos ecossistemas constituem os limites do crescimento econômico. Tendo em vista que a maior parte da humanidade, nesse sentido, já entrou no cheque especial, é necessário reduzir o consumo global de recursos. O mesmo se aplica às emissões de CO₂ e demais gases extremamente nocivos ao clima.

Além disso, os recursos são utilizados de forma extremamente desigual, nas sociedades nacionais e entre as nações. Enquanto a maioria dos habitantes da Alemanha consome em excesso, outros deveriam ter o direito de consumir mais.

Não é sustentável apostar num crescimento da economia alemã com base no consumo de recursos adicionais e em padrões sociais débeis, especialmente em outras regiões do mundo. Vias de crescimento, cujos custos superam os benefícios, devem ser abandonadas, nomeadamente as que têm por base as energias fósseis. São causadoras de mudanças climáticas e responsáveis por impactos desastrosos. Por outro lado, setores sustentáveis, tais como as energias renováveis, devem crescer. Não obstante, os países industrializados são obrigados a reconhecer, uma vez por todas: estão contados os dias do credo absoluto, que sustenta a necessidade do crescimento econômico. A economia do “mais“ há de ser substituída por uma economia do “suficiente“.

Por respeito ao próximo, a futuras gerações e à preservação das bases naturais da vida, cada um de nós deve viver conscientemente e com diligência. É necessário reduzir o consumo individual de energia ao mínimo necessário; produtos como camisetas ou tapetes, baratos por causa da exploração da mão-de-obra adulta ou até infantil, devem ser um tabu. Esses produtos não têm

lugar no mercado; devidamente taxados, perdem suas vantagens comparativas. Atribuir a responsabilidade exclusiva ao indivíduo ou ao mercado seria um equívoco: os políticos devem definir regras que promovam uma economia com justiça social e ambiental. No mar da miséria, ilhas de prosperidade estão condenadas a ficar submergidas; os problemas ambientais e da escassez no Norte apenas serão agravados caso os custos sócio-ecológicos continuem a ser transferidos e debitados a outras regiões do planeta. O modelo de desenvolvimento, cujo principal propulsor é a combustão de energias fósseis, beira o esgotamento físico.

O fim desse modelo implica a necessidade de questionar estruturas políticas e sociais. Ao pressupormos que todos os seres humanos são detentores de direitos iguais, não nos referimos apenas a habitantes de países industrializados e em desenvolvimento. Falamos, outrossim, de mulheres e homens e de migrantes. Cabe incrementar a participação política e valorizar, face ao trabalho remunerado, o trabalho familiar e voluntário. O trabalho remunerado, por sua vez, há de ser adaptado às necessidades reais e distribuído de forma eqüitativa. Uma ordem, na qual uns estão cronicamente sobrecarregados enquanto outros estão desempregados, deve ser posta em cheque. Uma perspectiva de economia sustentável seria o "trabalho em período integral curto para todos", i.e. uma jornada de 30 horas semanais conjugada com políticas redistributivas que garantam o suprimento das necessidades básicas e a seguridade social.

Assim a sustentabilidade transcende em muito ações paliativas de proteção do meio ambiente. Significa enfrentar os desafios globais, a pobreza, a questão dos recursos escassos e a destruição ambiental. A resposta consiste em reconhecer que todos os seres humanos, dados os limites ecológicos de nosso planeta, possuem direitos iguais de utilizar os recursos da Terra. Isso posto, para nós, na Alemanha, a tarefa principal consiste em consumir menos. A Criação nos foi confiada. Como geração presente somos responsáveis por preservá-la para as gerações vindouras. Nessa terra, estamos de passagem, somos todos peregrinos, e todos têm o direito de nela habitar.

*De vez em quando, dar um passo para trás
nos ajuda a ter uma perspectiva melhor
O Reino de Deus não está apenas além dos nossos esforços,
Mas também além da nossa visão.
Em nosso tempo de vida
Realizamos apenas um parte minúscula do magnífico empreendimento,
que é a obra de Deus.
Nada do que fazemos é perfeito.
Em outras palavras,
o Reino de Deus vai além de nossa existência.
Não há palestra capaz de dizer tudo que poderia ser dito.
Não há oração capaz de expressar nossa fé com plenitude.
Não há programa capaz de concluir a missão da Igreja.
Não há meta nem objetivo concludente.
Eis o que tentamos fazer:
Lançamos a semente na terra,
que um dia vai germinar e crescer.
Regamos a semente plantada,
Sabendo que é promessa do futuro.
Lançamos as bases que exigem um desenvolvimento futuro.*

*Não somos capazes de fazer tudo.
Ao dar-nos conta disto, sentimo-nos, de certa forma, libertados,
Capacitados a fazer algo e a fazê-lo bem feito.
Por mais imperfeito que seja, não deixa de ser um começo,
Um passo na caminhada,
Uma ocasião para que venha a graça do Senhor e faça o resto.
Pode ser que nunca vejamos o resultado final.
Eis a diferença entre o mestre de obras e o pedreiro.
Somos pedreiros, não somos mestres de obras.
Somos servos, não somos messias.
Somos profetas de um futuro que não só a nos pertence.*

Oscar A. Romero